

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÃO SEI Nº 27803144/2025 - SED.URC.ARC**1- DEFINIÇÃO DO OBJETO, INCLUÍDOS SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS, O PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO:****1.1 - Objeto da Contratação**

Contratação de empresa(s) especializadas para **fornecimento (e instalação) de kit poste padrão de entrada de energia elétrica (padrão CELESC)** para unidades administradas pela Secretaria de Educação, através do Sistema de Registro de Preços (SRP).

1.2 - Especificações técnicas

Nº	Quantidade	Unidade de Medida	Denominação	Descrição
01	35	unidade	44417 - Kit poste padrão de energia elétrica (Padrão CELESC). Instalado.	<p>KIT POSTE PADRÃO CELESC DE ENERGIA ELÉTRICA DT 9/300DAN PARA DISJUNTOR 125A.</p> <p>Composto por:</p> <ul style="list-style-type: none">- 01 poste de concreto DT 9/300daN, ramal de ligação com 30 metros de cabo multiplexado 3x50mm² + neutro, 04 conectores cunha simétricos 50mm², ramal de entrada em 04 vias (azul, branco, preto e vermelho) com 35 metros de cada cabo de cobre flexível isolado 50mm² classe 5 com isolamento EPR 90º para 0,6/1kV, armação secundária com isolador roldana e estribo, saída em curva 90º e eletroduto PVC rígido 2";- 01 mureta de concreto pré-moldada (padrão CELESC) com 01 caixa MME para medidor trifásico com barramento, 01 disjuntor tripolar tipo caixa moldada 125A, 03 DPS 275v - 12,5/60ka - classe I, 01 disjuntor tipo din/iec tripolar 63A, 12 terminais pino longo de compressão TCM para cabo 50mm² com furo para fixação, 03 terminais metálicos de pressão 50mm², 02 metros de cabo de cobre flexível 16mm² classe 4 ou 5 isolamento em PVC/A antichama BWF-B - 450/750V azul, 02 metros de cabo de cobre flexível 16mm² classe 4 ou 5 isolamento em PVC/A antichama BWF-B - 450/750V branco, 02 metros de cabo de cobre flexível 16mm² classe 4 ou 5 isolamento em PVC/A antichama BWF-B - 450/750V preto, 02 metros de cabo de cobre flexível 16mm² classe 4 ou 5 isolamento em PVC/A antichama BWF-B - 450/750V vermelho, 02 metros de cabo de cobre flexível 16mm² classe 4 ou 5 isolamento em PVC/A antichama BWF-B - 450/750V verde;- 01 caixa de passagem de concreto armado (padrão CELESC) com aro e tampa de ferro fundido 12,5T 90x70cm padrão CELESC, 05 metros de cabo de cobre flexível 35mm² classe 2 com isolamento 450/750V cor verde, 05 grampos conectores para haste de aterramento 5/8", 05 hastes de aterramentos de cobre 5/8" com 2,4 metros, 05 caixas de inspeção de aterramento PVC tipo balde 30x30x40cm.

Obs.: Conforme a descrição a informação "DT 9/300 daN" significa:

- "DT" - Duplo T;

- "9" - 09 metros de altura;
- "300 daN" - Para atender cabos de 95mm² á 185mm².

1.3 - Da natureza

- 1.3.1 - O objeto da presente contratação não se enquadra como sendo bem de luxo;
- 1.3.2 - O objeto da presente contratação é caracterizado como um serviço comum de engenharia.

1.4 - Da instalação

- 1.4.1 - Todos os itens da presente contratação englobam a instalação, sem ônus para a CONTRATANTE.

1.5 - Do Prazo

- 1.5.1 - A presente contratação será um fornecimento não contínuo, cujo prazo de vigência contratual será de 01 (um) ano, vez que a contratação está prevista no Plano Plurianual.
- 1.5.2 - A(s) ata(s) de registro de preços poderá(ão) ser(em) prorrogada(s), desde que atendido o previsto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021, vez que a contratação está prevista no Plano Plurianual.
- 1.5.3 - Em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, as quantidades inicialmente registradas poderão ser renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

2-FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

2.1 - A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópicos específicos do Estudo Técnico Preliminar (ETP) que compõe o bojo dos documentos do presente processo de Requisição de Compras.

2.2 - A contratação encontra amparo na Lei nº 8.993, de 31 de agosto de 2021, que dispõe sobre a revisão do PPA - Plano Plurianual 2022-2025 do Município de Joinville - Processo 21.0.187194-1.

3- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO:

3.1 - Conforme Estudo Técnico Preliminar - ETP (que compõe o presente processo de requisição de compras), a melhor solução encontrada de momento para atendimento ao interesse público envolvido **é a contratação de empresa(s) especializada(s) para fornecimento (e instalação) de kit(s) poste(s) padrão de entrada de energia elétrica ("padrão CELESC") para unidades administradas pela Secretaria de Educação, através do Sistema de Registro de Preços (SRP).**

3.2 - Quanto as especificações, prazos e garantias estão no decorrer do presente documento em seus respectivos tópicos.

4- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1 - Requisitos mínimos

4.1.1 - O(s) item(ns) a serem fornecido(s) deverá(ão) ser(em) homologado(s) pela Concessionária de energia elétrica Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A - CELESC;

a) A CONTRATADA deverá apresentar o Certificado de homologação dos produtos (kit poste) - emitido pela Companhia de Eletrificação do Estado de Santa Catarina - CELESC.

4.1.2 - A(s) CONTRATADA(S) deverá(ão) entregar(em) o(s) produto(s) montado(s), instalado(s), e solicitar junto à CELESC (quando necessário): o aumento de demanda de energia, pedido de vistoria e ligação definitiva, cabendo a CONTRATANTE solicitar junto à CELESC (quando necessário): Estudo de melhoria de rede, se será necessária abertura de obra para conexão ou adequação da conexão da rede CELESC;

4.1.3 - Conjuntamente com a CONTRATANTE a CONTRATADA deverá realizar uma avaliação do local para a instalação;

4.1.3.1 - Preferencialmente o(s) kit(s) poste(s) com a respectiva caixa de medição deverá(ão) estar(em) localizado(s) no limite do terreno com a via pública, para possibilitar livre acesso ao leiturista, sendo permitida uma distância máxima de 01m(um metro), desde que seja possível efetuar a leitura do medidor direto da via pública, conforme modelos sugeridos no "[Manual Simplificado para Padrão de Entrada](#) - CELESC";

4.1.4 - É de responsabilidade da(s) CONTRATADA(S):

a) Limpar(em) a área onde o(s) kit(s) poste(s) será(ão) instalado(s), removendo quaisquer obstáculos ou detritos. Inclusive se, necessário a remoção do(s) poste(s) e demais

instalações que houverem no(s) local(is) anteriormente;

b) Obter(em) as permissões e licenças necessárias das autoridades competentes para atendimento do objeto da contratação;

c) Realizar a instalação de forma adequada e com segurança, seja na forma manual ou mecanizada, tanto para a escavação quanto para a suspensão e posicionamento do(s) poste(s) e demais componentes;

d) Preparar(em) as bases de concreto ou fundações necessárias para a fixação do(s) kit(s) poste(s) e demais componentes;

e) Montar(em) o(s) kit(s) poste(s) de acordo com as instruções do(s) fabricante(s);

f) Fixar o(s) kit(s) poste(s) com segurança nas bases preparadas;

g) Realizar as conexões dos cabos elétricos da rede externa com a rede interna da(s) unidade(s);

h) Realizar testes de funcionamento para garantir que os sistemas elétricos estejam operando corretamente;

i) Realizar inspeções finais para verificar se a instalação está em conformidade com as regulamentações e normas aplicáveis.

4.1.5 - Os fornecedores e instaladores deverão ser homologados obrigatoriamente pela Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC, fornecendo e instalando todos os componentes.

4.2 - Critérios e práticas de sustentabilidade

4.2.1 - Os kit(s) poste(s) e componentes devem ser projetados para minimizar o consumo de energia;

4.2.2 - Priorizar a utilização de materiais de baixo impacto ambiental, como p. ex. concreto ecoeficiente;

4.2.3 - O(s) kit(s) poste(s) devem ser projetados para ter uma vida útil longa, minimizando a necessidade de substituição frequente e, conseqüentemente, a geração de resíduos;

4.2.4 - Os materiais utilizados devem ser facilmente recicláveis no final de sua vida útil, garantindo a redução do descarte em aterros sanitários;

4.2.5 - Considerar a estética dos postes e sua integração harmoniosa com o ambiente urbano, visando minimizar o impacto visual negativo.

4.2.6 - Avaliar se os kit(s) poste(s) e componentes são de fácil manutenção e se possuem sistemas de gestão inteligente de energia, que permitam otimizar o consumo e a utilização dos recursos.

4.2.7 - A correta destinação e tratamento dos resíduos gerados durante a instalação e manutenção dos postes.

4.2.8 - Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, no que couber na execução do objeto da contratação;

4.2.9 - Quando cabível, a(s) CONTRATADA(S) deverá(ão) realizar(em) a logística reversa dos item(ns) fornecido(s).

4.3 - Subcontratação

4.3.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto da presente contratação.

4.4 - Garantia da contratação

4.4.1 - Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, por entender ser desnecessária ao presente caso, considerando o objeto e sua complexidade.

4.5 - Vistoria

4.5.1 - Para o devido conhecimento dos locais e atuais instalações da CONTRATANTE, os interessados poderão agendar visita técnica através do e-mail **manutencao@edu.joinville.sc.gov.br** ;

4.5.2 - A visita técnica consistirá no acompanhamento do interessado pelo representante da CONTRATANTE, em até no máximo 5 locais (a serem definidos pela CONTRATANTE) a serem contemplados pela referida contratação, para fins de conhecimento das atuais instalações;

4.5.3 - Durante a visita não será fornecido pelo representante da CONTRATANTE nenhuma informação técnica, visto que as informações necessárias para formulação da proposta estão contidas neste Termo de Referência, nesse sentido, o intuito da Visita Técnica é proporcionar aos interessados conhecimento dos locais e atuais instalações;

4.5.4 - Ao término da Visita Técnica será emitido o "Termo de Visita Técnica" emitido pela CONTRATANTE, em 2 (duas) vias assinadas pelas partes interessadas, o qual deverá constar dos documentos

de habilitação;

4.5.5 - Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

4.5.6 - A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da(s) instalação(ões), devendo a(s) CONTRATADA(S) assumir(em) os ônus decorrentes.

4.6 - Equipe Mínima

4.6.1 - A(s) CONTRATADA(S) deverá possuir equipe técnica suficiente para atendimento do objeto da presente contratação;

4.6.1.1 - Lembrando que, poderá(ão) ser(em) solicitado(s) simultaneamente até **04 (quatro) fornecimentos/instalações**;

4.6.2 - A(s) CONTRATADA(S) deverá possuir todos os equipamentos e ferramentas necessários para a execução do objeto da presente contratação. Inclusive, trabalho em altura, considerando que, no objeto há a instalação de poste, que requer trabalho em altura, para ligação das fiações;

4.6.3 - A CONTRATADA deverá possuir responsável(is) técnico(s) devidamente registrado(s) no Conselho de Classe pertinente para acompanhar a execução do(s) fornecimento(s) e instalação(ões) a serem realizados, além de possuir quantidade suficiente de profissionais habilitados e qualificados para atender a demanda da CONTRATANTE dentro dos prazos estabelecidos.

4.7 - Da legislação obrigatória

Deverão serem seguida rigorosamente as normas técnicas e exigências da CELESC para o atendimento do objeto da presente contratação, bem como ainda:

- NBR-15820:2023 - Caixa para medidor de energia elétrica requisitos - Versão Corrigida 2024;
- N-321.0001:2019 - Padronização de Entrada de Energia Elétrica de Unidades Consumidoras de Baixa Tensão;
- NBR-13571:1996 - Hastes de aterramento de aço-cobreadas;
- E-313.0007:2022 - Acessórios e Ferragens de Distribuição;
- E-321.0022:2022 - Requisitos gerais para fabricação e comercialização de Kit Postinho (atualizado em jun/2022);
- NBR-5410:2004 - Instalações elétricas de baixa tensão - Versão Corrigida 2008;
- NBR IEC 60947.2:2014 - Disjuntores de Baixa Tensão;
- NBR IEC 60529:2017 - Grau de Proteção;
- NBR IEC 61000:1992 - Compatibilidade eletromagnética;
- NBR 5597:2013 - Eletroduto de aço-carbono e acessórios, com revestimento protetor e rosca NPT - Requisitos;
- NBR NM 280:2011 - Condutores de cabos isolados (IEC 60228, MOD).
- NBR 15113:2004 - Resíduos sólidos da construção civil e resíduos inertes - Aterros - Diretrizes para projeto, implantação e operação;

5- MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

5.1 - Condições de Execução

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- a) **Prazo de entrega(s)/instalação(ões):** em até **15 (quinze) dias corridos** a contar do recebimento de cada Ordem de Serviço.
- b) **Forma de entrega(s)/instalação(ões):** parcelada.
- c) **Local(is) de entrega(s)/instalação(ões):** em anexo, documento **SEI 0024972998**.
- d) **Dias da semana:** preferencialmente de segunda a sexta, entretanto, podendo ocorrer em pontos facultativos, feriados e finais de semana, desde que solicitado pela CONTRATANTE.
- e) **Horário:** das 8 às 17 horas.

e.1) O horário poderá ser alterado, se de comum acordo entre as partes.

5.2 - Da garantia

O(s) item(ns) deverá(ão) ter(em) garantia legal - nos moldes do Código de Defesa do Consumidor;

a) Caso o fabricante/instalador/fornecedor do(s) item(ns) conceda(m) prazo de garantia maior que o hora estipulado, a garantia do fabricante deverá prevalecer.

6-MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

6.1 - Da Gestão

6.1.1 - A gestão será realizada por Comissão de Acompanhamento e Fiscalização conforme previsto na **Instrução Normativa nº 03/2024** da Secretaria de Administração e Planejamento, restando como atores os servidores nomeados para compor a Comissão;

6.1.1.1 - Caberá a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização designada verificar o cumprimento pela(s) CONTRATADA(S) de todas as condições contratuais;

6.1.1.1.1- Procedimento de verificação do cumprimento da obrigação da(s) CONTRATADA(S) manter(em) todas as condições contratuais:

a) Através de solicitação formal junto à(s) CONTRATADA(S) e posterior conferência da documentação apresentada(s) pela(s) CONTRATADA(S) durante a execução da contratação, se esta mantém todas as condições de habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, das demais disposições contratuais, técnicas e legais prevista no Edital (ou documento equivalente);

b) Realização de verificações *in loco* quando do recebimento do(s) itens(s)/instalação(ões) de acordo com o previsto no Termo de Referência e demais anexos;

c) Solicitação formal e/ou verificações *in loco* de comprovação do cumprimento das demais condições ou documentos exigidos (conforme o caso) na contratação, além dos previstos nos subitens anteriores, quando aplicável.

6.1.1.2 - A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento, será devidamente nomeada após o recebimento do Termo de Contrato ou instrumento equivalente;

6.1.2 - Define-se como forma de comunicação com a(s) CONTRATADA(S) a formal, nos termos do da **Instrução Normativa n.º 03/2024** da Secretaria de Administração e Planejamento;

6.1.3 - Após a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a CONTRATANTE, a seu critério poderá convocar representante da(s) CONTRATADA(S) para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, das sanções aplicáveis, dentre outros;

6.1.4 - A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, quando necessário;

6.1.5 - A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.2 - Gestor do Contrato

6.2.1 - A gestão do contrato será realizada pela **Secretaria de Educação**, sendo a mesma responsável pela fiscalização do futuro Termo de Contrato, conforme **Instrução Normativa nº 03/2024** da Secretaria de Administração e Planejamento, restando como atores os servidores nomeados para compor a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização.

6.3 - Obrigações da Contratada específicas do objeto:

6.3.1 - Informar os agendamentos de instalação(ões) à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 48 horas, para que a unidade beneficiária se planeje com as atividades diárias;

6.3.2 - Efetuar a instalação somente no endereço e local devidamente validado junto à CONTRATANTE;

6.3.3 - Arcar com os custos de transporte de materiais e mão-de-obra que serão empregados em cada fornecimento e instalação, devendo planejar e organizar o cumprimento do objeto contratado, além de manter limpos e inalterados os locais onde atuar, conforme as Autorizações de Fornecimento encaminhados pela Secretaria de Educação, em consonância com os referidos agendamentos;

6.3.4 - Comunicar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade encontrada para o cumprimento do contrato;

6.3.5 - Fornecer item(ns) de qualidade compatível com os requisitados, atendendo as normas técnicas, bem como os manuais, orientações, especificações e normas internas definidas pela CELESC, dentre outras aplicáveis para cumprimento do objeto;

6.3.6 - Fornecer mão-de-obra especializada, mantendo quadro de pessoal técnico qualificado para as instalações, sem interrupção seja por motivo de férias, licença, falta ao serviço ou qualquer outra razão, devidamente uniformizados com a identificação da empresa;

6.3.7 - Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de instalação, bem como àqueles provocados em virtude do fornecimento e da inadequação de materiais e equipamentos empregados;

6.3.8 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE;

6.3.9 - Manter durante toda a vigência do contrato todas as condições de habilitação e qualificação prevista no edital;

6.3.10 - Caso a CONTRATANTE constata qualquer negligência ou irregularidade no atendimento do objeto da presente contratação por parte da(s) CONTRATADA(S), cuja solução demande materiais e/ou mão-de-obra, estas serão fornecidas pela(s) CONTRATADA(S) sem ônus para a CONTRATANTE;

6.3.11 - Correrá por conta da(s) CONTRATADA(S) todas as despesas necessárias para atendimento do objeto da presente contratação, entre as quais: maquinários, mão-de-obra, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, e outros necessários em pequenas quantidades com relação ao valor do objeto principal da presente contratação, necessários a efetiva execução do objeto contratado;

6.3.12 - A(s) CONTRATADA(S) deverá(ão) arcar(em), sem ônus para o CONTRATANTE, com o custo do fornecimento de materiais de consumo que são considerados aqueles que se consomem à primeira aplicação, empregados em pequenas quantidades com relação ao valor da contratação, tais como: colas, adesivos, parafusos e outros necessários ao adequado atendimento do objeto da contratação;

6.3.13 - Caberá a(s) CONTRATADA(S) o ressarcimento ou substituição, a CONTRATANTE, incluindo terceiros, de quaisquer materiais danificados ou inutilizados durante a(s) instalação(ões), bem como a mão-de-obra para eventuais consertos;

6.3.14 - Obedecer as normas de segurança e medicina do trabalho para esse tipo de atividade, ficando por sua conta o fornecimento antes do início da execução, dos Equipamentos de Proteção Individual-EPI e coletiva EPC, caso necessário a seus funcionários;

6.3.15 - A(s) CONTRATADA(S) deverá(ão) isolar(em) o(s) local(is) onde será(ão) realizado(s) os trabalhos, proibindo a entrada e passagem de pessoas afim de garantir a segurança das mesmas;

6.3.16 - Cabe à(s) CONTRATADA(S) permitir(em) e facilitar(em) à fiscalização, a inspeção ao local onde está ocorrendo a(s) instalação(ões), em qualquer dia e hora, devendo prestar todos os esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE;

6.3.17 - A CONTRATADA deverá fornecer, sempre que solicitado pelo Fiscal do Contrato, amostras de todos os materiais a serem empregados nas instalações antes de sua execução;

6.3.18 - Prestar as informações necessárias de como a CONTRATANTE requisitará a ligação e inspeção junto à Centrais Elétricas de Santa Catarina-CELESC;

6.3.19 - Deixar livre de restos/entulhos os locais ao final da instalação;

6.3.20 - Identificar seus funcionários, ou terceiros, responsáveis pela(s) entrega(s) / instalação(ões);

6.3.21 - Apresentar à CAF do Certificado de homologação do produto - emitido pela Companhia de Eletrificação do Estado de Santa Catarina - CELESC, mantendo-se homologado e válido durante todo o período de execução contratual;

6.3.22 - Por tratar-se de produto (kit poste padrão CELESC) padronizado pela Concessionária e que este propiciará a futura ligação de energia elétrica na unidade habitacional, a(s) CONTRATADA(S) deverá(ão) apresentar(em) Declaração que, caso as especificações e os materiais que compõem os kits, sejam revisados pela Concessionária, os contratados pela Municipalidade serão igualmente atualizados durante a fase de fornecimento, sem custos adicionais para a CONTRATANTE;

6.3.23 - É de inteira responsabilidade da(s) CONTRATADA(S) ir(em) aos locais solicitados para as instalações para decidir, juntamente com a CONTRATANTE os locais a serem instalados os itens e somente após a aprovação da CONTRATANTE proceder a instalação definitiva;

6.3.24 - A(s) CONTRATADA(S) deverá(ão) substituir(em), sem ônus para CONTRATANTE, no prazo de no máximo de até **5 dias úteis**, após notificada, o(s) item(ns) que porventura venham a apresentar algum defeito ou vício ou que não estejam de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência, bem como proceder as correções (refazer) as instalações que apresentarem quaisquer irregularidades ou que estejam em desacordo com o presente Termo de Referência, conforme apurado pela fiscalização da CONTRATANTE;

6.3.25 - Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir.

6.3.26 - Ainda conforme Circular **SEI 0024547534/2025** - CGM.GAB (no que couber):

a) A CONTRATADA fica obrigada ao cumprimento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias em relação aos empregados contratados, inclusive no tocante às normas de saúde e segurança do trabalho, sob pena de aplicação das penalidades previstas no

contrato administrativo.

b) A CONTRATADA deverá apresentar, no máximo até o 10º (décimo) dia após o início da prestação dos serviços, sob pena de rescisão unilateral do contrato administrativo:

I - Relação de colaboradores envolvidos diretamente no serviço com as suas respectivas funções, acompanhada das cópias dos contratos de trabalho em CTPS;

II - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) vigentes e específicos para as atividades objeto do contrato;

III - Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) de todos os trabalhadores, demonstrando a realização de exame médico admissional, periódico ou demissional, dependendo da situação, conforme exigido pela legislação e previsto no PCMSO, e informando, conforme a função, a aptidão para trabalho em altura e/ou aptidão para trabalho em ambientes confinados, em sendo o caso;

IV - Comprovante de realização de treinamento específico para a função, quando exigido pela legislação e previsto no PGR;

V - Todas as Análises Preliminares de Riscos (APR) para todas as atividades objeto do respectivo serviço;

VI - Cópias dos recibos de fornecimento dos equipamentos de proteção individual a todos os empregados, quando exigido pela legislação e previsto no PGR e especificados nas APR, com verificação da validade dos certificados de aprovação (CA);

VII - Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) e respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) sobre o laudo;

VIII - Constituição do SESMT e relação dos profissionais designados às atividades de Segurança e Medicina do Trabalho, quando exigível, conforme Norma Regulamentadora nº 04, do Ministério do Trabalho e Emprego;

IX - Constituição da CIPA e relação dos profissionais designados, quando exigível, conforme Norma Regulamentadora nº 05, do Ministério do Trabalho e Emprego.

X - Exame admissional;

XI - Convenção Coletiva de Trabalho - CCT e Acordo Coletivo de Trabalho - ACT;

XII - Guia de Recolhimento de FGTS e Informações à Previdência Social - GFIP;

XIII - Anotação de responsabilidade técnica do profissional (ART) que acompanhar(á) a execução do serviço. Na hipótese em que a ART seja condição para assinatura da Ordem de Serviço, deverá ser apresentada previamente, nos termos do artigo 176 § 1º, da Instrução Normativa nº 03/2024.

6.4 - Obrigações da Contratante específicas do objeto

6.4.1 - Permitir acesso dos empregados da(s) CONTRATADA(S) às dependências das unidades, quando da(s) entrega(s) e instalação(ões).

6.4.2 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela(s) CONTRATADA(S), quando necessários ao efetivo atendimento ao objeto da contratação.

6.4.3 - Comunicar formalmente a(s) CONTRATADA(S) qualquer falha e/ou irregularidade na(s) entrega(s)/instalação(ões), determinando o que for necessário à sua regularização.

6.4.4 - Acompanhar, fiscalizar e avaliar o cumprimento deste Termo de Referência.

6.4.5 - Rejeitar em todo ou em parte, o(s) item(ns) entregue(s)/instalação(ões) que estiver(em) em desacordo com este Termo de Referência ou que fora constatado qualquer irregularidade.

6.4.6 - Ainda conforme Circular **SEI 0024547534/2025** - CGM.GAB:

a) Fiscalizar, efetiva e periodicamente, o cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e de saúde e segurança do trabalho, documentando os respectivos atos de fiscalização.

b) Designar pelo menos 1 (um) fiscal do contrato, com formação ou qualificação que englobe, especificamente, conhecimentos acerca da análise e acompanhamento do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e de saúde e segurança do trabalho.

c) Documentar, por intermédio do fiscal ou fiscais do contrato, mensalmente e especificamente, todas as ocorrências relacionadas ao cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e de saúde e segurança do trabalho.

d) Instaurar processo administrativo destinado à aplicação das penalidades previstas contratualmente, acaso constatado o inadimplemento ou atraso de qualquer obrigação trabalhista e previdenciária em relação aos empregados contratados, inclusive no tocante

às normas de saúde e segurança do trabalho, devendo ainda proceder, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, à comunicação do fato ao Ministério Público do Trabalho e ao Ministério do Trabalho.

6.5 - Das sanções

6.5.1 No caso da contratação, as sanções administrativas serão as mesmas dispostas na Lei nº 14.133/2021, no Edital e Termo de Contrato.

7 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

7.1 - Da medição

7.1.1 - O(s) item(ns)/instalação(ões) será(ão) recebido(s)

a) Provisoriamente, quando a(s) CONTRATADA(S) comunicar(em) a CONTRATANTE que o(s) item(ns) se encontram em condições de recebimento provisório pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Contrato. A partir da comunicação, a CONTRATANTE terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados dessa comunicação, para recebê-los, através de vistoria que será realizada no(s) local(is) da(s) instalação(ões);

b) Definitivamente, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados após o recebimento provisório, a CONTRATANTE realizará o recebimento definitivo, que ocorrerá somente se o(s) item(ns) estiver(em) conforme quantidade solicitada e em conformidade com as especificações do presente Termo de Referência;

c) Na hipótese de a verificação a que se refere o **subitem 7.1.1, "b"** não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

d) O recebimento provisório ou definitivo do(s) equipamento(s) não exclui (em) a responsabilidade da(s) CONTRATADA(S) pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato.

e) Se a CONTRATANTE constatar, tanto no recebimento provisório como no definitivo, que o(s) equipamento(s) não corresponde(m) ao exigido no presente **Termo de Referência**, ou em quantidade diversa da solicitada, a(s) CONTRATADA(S) deverá(ão) providenciar(em) no prazo estipulado no **subitem 6.3.24**, a substituição / reposição do(s) item(ns) visando ao atendimento total das especificações, contidas no presente documento, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Contrato, no Edital, Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores e no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90).

7.1.2 - A medição terá como referência o recebimento (provisório/definitivo).

7.1.3 - Atendimento das especificações e demais condições dispostas neste Termo de Referência.

7.1.4 - O prazo para a solução, pela(s) CONTRATADA(S), de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.2 - Do pagamento

7.2.1 - O(s) pagamento(s) será(ão) por unidade de "kit poste", devidamente instalados, após conferência e recebimento definitivo do atendimento das especificações do Termo de Referência, bem como após a devida certificação do Documento Fiscal (de acordo com os procedimentos internos).

7.2.1.1 - Verificação se há alguma glosa a ser realizada no pagamento.

7.2.2 - Para fins de pagamento, a(s) CONTRATADA(S) deverá(ão) apresentar(em) a comprovação da regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e FGTS, além de outros documentos que comprovem a regularidade da(s) CONTRATADA(S) nos termos do art. 92, inc. XVI da Lei 14.133/2021.

7.2.3 - Emitir documentos fiscais em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 2012, sob pena de não aceitação.

7.3 - O(s) método(s) de avaliação e conformidade do(s) equipamento(s) entregue(s) deverá(ão) observar(em) os padrões mínimos de qualidade e desempenho do(s) **itens 1.2, 4, 5 e 6**.

8 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

8.1 - Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1 - O(s) fornecedor(es) será(ão) selecionado(s) por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo

MENOR PREÇO UNITÁRIO.

8.1.2 - Regime de Execução: será pelo regime de execução indireta de empreitada por preço unitário.

8.2 - Exigências de habilitação

8.2.1 - Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Qualificação Econômico-Financeira

8.2.1.1 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando.

8.2.1.1.1 - Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), conforme metodologia a ser detalhada no Edital, e conforme já praticado em outros editais no Município.

a) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação comprovar o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado total, conforme critério de julgamento do Edital - nos moldes do art. 69, § 4º da Lei nº 14.133/2021.

Qualificação Técnica

8.2.1.2 - A proponente deverá demonstrar a capacidade técnico-profissional e a capacidade técnico-operacional.

8.2.1.3 - Indicação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de objeto de características semelhantes.

a) Apresentar o Registro do profissional indicado no conselho competente;

b) Apresentar atestado de responsabilidade técnica por execução de objeto de características semelhantes àquele a ser contratado, ou seja: **instalação de kit poste padrão de energia elétrica**.

c) Os profissionais indicados pela proponente deverão participar da execução do objeto da contratação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.2.1.4 - Apresentar certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho competente, que demonstrem capacidade operacional na execução de objetos similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto dessa licitação, que corresponda a no mínimo: **1 (um) Atestado de Capacidade Técnica** de que o proponente tenha executado/fornecido e instalado no mínimo **20% do quantitativo** do objeto desta contratação [ou seja, no caso, **7 kit(s) poste(s) instalados**], emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado. Para fins de comprovação o atestado deverá conter descritivo do(s) produto(s) e quantidade(s).

a) Fundamenta-se aqui a porcentagem acima referenciada considerando o limite disposto no art. 67, § 2º da Lei nº 14.133/2021 (de 50%), bem como por se entender por se razoável o montante escolhido (20%) a garantir o futuro objeto da contratação, bem como visando garantir a competitividade considerando uma comprovação razoável.

b) Será permitido o somatório de atestados para fins de atendimento do quantitativo exigido.

8.2.1.5 - Registro ou Inscrição da Pessoa Jurídica na entidade profissional competente.

8.2.1.6 - O(s) atestado(s) de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do(s) proponente(s).

8.2.1.7 - O(s) proponente(s) disponibilizará(ão) todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi entregue o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.2.1.8 - **Caso a proposta do proponente seja inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, deverá ser apresentada garantia adicional do licitante vencedor, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta**, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei. (art. 59, § 5º da Lei nº 14.133/2021).

8.3 - Da participação de consórcio

8.3.1 - Será admitida a participação de empresas em consórcio, observados os requisitos legais e

regras previstas no Edital.

9 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

10.8.1 - Para a presente contratação, há como valor estimado a importância de **R\$ 825.217,75**, conforme disposto no Estudo Técnico Preliminar que compõe o presente processo de Requisição de Compras;

10.8.2 - Quanto aos parâmetro(s) para o cálculo do valor estimado da contratação, estão de acordo com o previstos no **art. 23, § 2º da Lei nº 14.133/2021** e **art. 67 da Instrução Normativa nº 03/2024** da Secretaria de Administração e Planejamento, sendo que a estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos farão parte (em documento próprio) do processo de Requisição de Compras.

10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.1 - Os valores para a presente contratação estão em conformidade com a previsão orçamentária desta Secretaria;

10.2 - Estão previstos recursos orçamentários para a presente contratação, que estão discriminados junto ao documento "Requisição de Compras";

10.3 - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento;

10.4 - As despesas para a presente contratação estão previstas no plano plurianual.

11- DA ASSINATURA ELETRÔNICA:

11.1 - Considerando que a assinatura dos instrumentos contratuais são realizados eletronicamente, mediante login e senha, deverão o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) providenciar(em) a sua assinatura eletrônica, de acordo com Instrução Normativa nº 183/2023, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 56.185/2023;

11.1.1 - O(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) interessado(s) em participar do certame licitatório poderá(ão) providenciar seu cadastro, com autenticação de conta através do login único "gov.br" para liberação da assinatura eletrônica, de acordo com o que estabelece a carta de serviços disponível no seguinte link: <https://www.joinville.sc.gov.br/servicos/acessar-portal-de-autosservico/>

11.2 - Após declarado o(s) vencedor(es), o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) deverá(ão) estar com o seu usuário externo certificado para efetuar a assinatura eletrônica, nos termos do Decreto nº 56.185/2023, sob pena de decair do direito de assinar o Contrato e/ou eventuais alterações, sem prejuízo das sanções previstas no Edital ou documento equivalente;

11.2.1 - É de responsabilidade exclusiva do(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s)/interessado(s) a criação de seu cadastro com autenticação de conta através do login único "gov.br"; para liberação da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Marco Robert Klitzke, Gerente**, em 10/12/2025, às 17:16, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Ademar Stringari Junior, Gerente**, em 11/12/2025, às 09:17, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Diego Calegari Feldhaus, Secretário (a)**, em 11/12/2025, às 14:48, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **27803144** e o código CRC **B89F766A**.